

PROCEDIMENTO:

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS

Concurso Público com publicação de anúncio no JOUE Nº CPI 02/DAF/2025

(de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 42.º do
Código dos Contratos Públicos)

Aquisição de Máquina de Rasto

CADERNO DE ENCARGOS

Junho 2025

Índice

Parte I – Cláusulas Gerais	4
Disposições gerais.....	4
Objeto.....	4
Contrato	4
Prazo de Fornecimento.....	4
Preço Base.....	4
Preço Anormalmente Baixo	5
Obrigações contratuais	5
Obrigações do fornecedor	5
Obrigações principais do fornecedor	5
Conformidade e operacionalidade dos bens.....	6
Entrega dos bens objeto do contrato	6
Inspeção e testes.....	6
Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	7
Aceitação dos bens.....	7
Conformidade e garantia técnica.....	7
Garantia de continuidade de fabrico	8
Dever de sigilo	8
Objeto do dever de sigilo	8
Prazo do dever de sigilo	8
Obrigações do Município de Miranda do Douro.....	8
Preço contratual	8
Condições de pagamento	9
Penalidades contratuais e resolução	9
Penalidades contratuais	9
Força maior	10
Resolução por parte do contraente público	11
Resolução por parte do fornecedor	11
Resolução de litígios	11
Caução	11
Foro competente.....	12
Disposição finais.....	12
Subcontratação e cessão da posição contratual	12
Comunicações e notificações	12
Proteção de dados pessoais	12
Contagem dos prazos	13
Legislação aplicável.....	13
Parte II- Cláusulas Técnicas.....	14
Introdução	14

Caraterísticas gerais do equipamento.....	14
Assistência pós-venda.....	15
Formação dos operadores e mecânicos.....	15
Assistência técnica / Plano de Manutenção / Revisões.	15
Período de Garantia do Bem	15

Parte I – Cláusulas Gerais

Capítulo I Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato de aquisição de bens móveis para “**Aquisição de Máquina de Rastos**”, no âmbito da operação NORTE2030-FEDER-02093500, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II deste Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo de Fornecimento

- 1- O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens ao contraente público em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do contrato.
- 2- Os bens objeto do contrato devem ser entregues no prazo máximo de **120 dias** (cento e vinte dias) a contar da data da outorga do contrato.

Cláusula 4.ª

Preço Base

- 1- O valor base para efeito do presente procedimento é de **360.000,00 €** (trezentos sessenta mil

euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, obtidos através de consulta preliminar ao mercado.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município, designadamente:

- a) O pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do Contrato no território do país ou países do adjudicatário, dos seus subcontratados ou de passagem em transporte;
- b) A obtenção de quaisquer autorizações e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o fornecedor no âmbito do contrato;
- c) Os acessórios exigidos pelo código da estrada;
- d) O equipamento de série e/ou opcional incluído no preço;
- e) A documentação a fornecer.
- f) Deverá, o adjudicatário apresentar do fabricante de origem, certificados do controlo da qualidade de fábrica.

Cláusula 5.ª

Preço Anormalmente Baixo

Para efeitos do disposto no artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, o preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo quando o desvio percentual em relação à média dos preços das propostas a admitir seja superior a 40 %. É justificada a aplicação do artigo 71.º, pena necessidade de garantir os princípios estabelecidos no artigo 1.º - A, salvaguardando assim, o interesse público e os princípios da contratação. Devem, no entanto, os concorrentes que apresentam preços anormalmente baixos apresentar declaração nos termos do n.º 4 do artigo 71.º do CCP.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Cláusula 6.ª

Obrigações principais do fornecedor

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o(s) fornecedor(es) as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, que devem cumprir os requisitos e características técnicas mínimas contantes do presente caderno de encargos;
- b) Obrigação de garantia do bem pelo prazo legalmente exigível;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico.

2 - A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1 - O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em estado novo e em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 - O fornecedor é responsável perante o Município de Miranda do Douro por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 8.ª

Entrega dos bens objeto do contrato

1 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações (garagens/estaleiros) do Município de Miranda do Douro, sito na zona Industrial da cidade de Miranda do Douro, nos prazos referidos na Cláusula 3.ª

2 - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos [em língua portuguesa], que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

3 - Todas as despesas, custos com o transporte e legalização dos bens objeto do contrato e os respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 9.ª

Inspeção e testes

1- Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2- A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre o funcionamento básico e qualidade dos bens, sendo efetuada através de testes ao funcionamento básico e qualidade dos bens.

3- Durante a fase de realização de testes, o fornecedor deve prestar ao Município de Miranda do Douro toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

Cláusula 10.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1- No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o Município de Miranda do Douro deve informar o fornecedor.

2- No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Miranda do Douro, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características específicas e requisitos técnicos exigidos.

3- Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Município de Miranda do Douro procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 11.^a

Aceitação dos bens

1- Caso os testes a que se refere a Cláusula 9.^a comprovem a tal operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, poderá ser emitido, no prazo máximo de 5 dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do fornecedor e do Município de Miranda do Douro.

2- Com a assinatura do auto a que se refere a número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o Município de Miranda do Douro, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

3- A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 12.^a

Conformidade e garantia técnica

O fornecedor fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Miranda do Douro em execução do contrato, às exigências legais,

obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis.

Cláusula 13.ª

Garantia de continuidade de fabrico

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecedor de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo estimado de vida útil dos bens.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 14.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Miranda do Douro, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 15.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Miranda do Douro

Cláusula 16.ª

Preço contratual

- 1- Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Miranda do Douro deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 17.^a

Condições de pagamento

- 1- A quantia devida pelo Município de Miranda do Douro, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Miranda do Douro das respetivas faturas.
- 2- Em caso de discordância por parte do Município de Miranda do Douro, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 3- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 18.^a

Penalidades contratuais

- 1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato o Município de Miranda do Douro pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, 3% do valor da adjudicação por dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 25% do valor da adjudicação;
 - c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 10% do valor da adjudicação.
- 2- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Miranda do Douro pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 15% do valor da adjudicação.
- 3- Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
- 4- Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Miranda do Douro tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
- 5- O Município de Miranda do Douro pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Miranda do Douro exija uma indemnização pelo dano excedente.

7- Caso o fornecimento se efetive, embora com atraso, e não resultem daí prejuízos evidentes, poderá o Município de Miranda do Douro, se assim o entender, prescindir das penalidades a que teria direito nos termos dos números anteriores.

Cláusula 19.^a

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.^a

Resolução por parte do contraente público

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Miranda do Douro pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a 7 dias, ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Miranda do Douro.

Cláusula 21.^a

Resolução por parte do fornecedor

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previsto na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 30% do preço contratual, excluindo juros;

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Miranda do Douro, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3- A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com execução daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Resolução de litígios

Cláusula 22.^a

Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88 do CCP, o prestador de serviços encontra-se dispensado da prestação de caução, contudo poderá a Câmara Municipal Miranda do Douro, se o considerar conveniente, proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar nos termos do n.º 2 e n.º 3 do mesmo artigo.

Cláusula 23.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo que tenha Jurisdição sobre o Município de Miranda do Douro.

Capítulo V

Disposição finais

Cláusula 24.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 25.^a

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.^a

Proteção de dados pessoais

1- O adjudicatário é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD), devendo, nomeadamente:

a) Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas do Município, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando, nesse caso, o Município desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;

b) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou que estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

c) Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32.º do RGPD;

d) Garantir o cumprimento do RGPD, designadamente os n.º 2 e 4 do artigo 28.º, quando pretenda contratar um subcontratante, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o adjudicatário celebra com outras entidades por si subcontratadas;

e) Tomar em conta a natureza do tratamento e, na medida do possível, prestar assistência ao Município pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir

que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no capítulo III do RGPD;

f) Prestar assistência ao Município no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor;

g) Consoante a escolha do Município, apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluído o contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;

h) Disponibilizar ao Município todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, facilitando e contribuindo para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo Município ou por outro auditor por esta mandatado.

2- No que diz respeito a alínea h), o adjudicatário informa imediatamente o Município se, no seu entender, alguma instrução violar o presente regulamento ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

3- O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, uma grave violação das obrigações assumidas pelo adjudicatário, podendo o Município aplicar as sanções contratuais previstas no CCP, designadamente proceder à resolução do contrato a título sancionatório.

4- Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o Município terá, ainda, direito de regresso, oponível ao adjudicatário, de qualquer indemnização, multa e outros prejuízos que lhe tenham sido atribuídos, em virtude de incumprimentos do RGPD, quando estes tenham tido origem em conduta do adjudicatário e/ou dos seus colaboradores.

5- Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido.

6- A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Cláusula 27.ª

Contagem dos prazos

Na fase de execução do contrato, os prazos previstos são contados nos termos definidos no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 28.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Parte II- Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.ª

Introdução

Pretende-se com este procedimento a aquisição de uma máquina de rasto (bulldozer).

Cláusula 2.ª

Caraterísticas gerais do equipamento

Máquina de rasto (bulldozer) com potência (ISSO 9249/SAE J1349) ≥ 215 HP e peso operacional igual ou superior a 20.000 Kg equipado com lâmina igual ou equivalente a *angledozer*, com movimento angular (angle), basculatório (lift) e vertical (tilt) e com comprimento igual ou superior a 3500 mm de comprimento.

MOTOR

Diesel, turbo comprimido, injeção direta cilindrada igual ou superior a 9.000 cm³.

TRAVÕES

Travões que cumpras as especificações internacionais ISO 10265:2008

RASTOS

Largura, igual ou superior a 600 mm

Altura das sapatas, igual ou superior a 60 mm

Número de sapatas por rasto, igual ou superior a 40

CABINA

Cabina insonorizada, igual ou equivalente às normas FOPS e a norma de proteção ROPS, com ar condicionado, cinto de segurança, assento confortável e ajustável, rádio, câmara traseira, extintor, luzes de cabina, reforço da visualização das operações em condições adversas ou sem luz solar.

EQUIPAMENTO DE TRABALHO:

RIPPER

Montado na parte traseira da máquina, do tipo paralelogramo rígido, com 3 ou mais dentes substituíveis em aço especial para trabalho rochoso.

LÂMINA

Comprimento, igual ou superior a 3 500 mm

Altura, igual ou superior a 1 300 mm

Capacidade, igual ou superior a 4,0 m³

Profundidade de escavação, igual ou superior a 600 mm,

Inclinação máxima, igual ou superior a 500 mm

Elevação máxima, igual ou superior a 1 100 mm

Cláusula 3.ª

Assistência pós-venda

O local mais próximo de assistência técnica da marca, oficial ou autorizada, não deverá distar mais de 300 km de Miranda do Douro, de forma a reduzir os custos de deslocação e o tempo de imobilização do veículo.

Cláusula 4.ª

Formação dos operadores e mecânicos

1 - O Adjudicatário deverá promover ações de formação para grupos de trabalhadores de acordo com plano a estabelecer pela Município, tendo em vista:

- Formação inicial no que se refere a pessoal a admitir, de forma a permitir uma adaptação rápida destes trabalhadores às tecnologias utilizadas;
- Aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores das respetivas áreas para uma progressiva melhoria dos seus conhecimentos e desempenho de funções;
- Formação de operadores.

3 - Ao adjudicatário deve apresentar um programa de curso, conteúdo e métodos pedagógicos a utilizar, de acordo com as necessidades e objetivos, cabendo ao município controlar a qualidade das ações de formação ministradas.

4 - Ao adjudicatário compete estabelecer as datas de início e duração dos cursos, devendo o mesmo ser aprovado pela entidade adjudicatária.

Cláusula 5.ª

Assistência técnica / Plano de Manutenção / Revisões.

O Adjudicatário deve apresentar, plano de assistência técnica do equipamento e garantir o mesmo pelo período de garantia do equipamento.

Cláusula 6.ª

Período de Garantia do Bem

O Adjudicatário deve apresentar compromisso de garantia total do equipamento para o período 12 meses sem limite de horas.

Miranda do Douro, 27 de junho de 2025

A Presidente da Câmara Municipal

(Helena Maria da Silva Ventura Barril, Dr.ª.)